GUIA DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS MODALIDADES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO

Pistas para escolas e profissionais na área da educação

Estação

INTEGRAÇÃO NAS MODALIDADES DE DUPLA CERTIFICAÇÃO

Pistas para escolas e profissionais na área da educação

ENQUADRAMENTO

Nesta estação, procuramos fornecer orientações e sugestões relativamente às práticas de sala de aulas nas modalidades de dupla certificação (MDC), respeitando os princípios da educação inclusiva. Procura-se assim integrar nesta estação as especificidades do ensino profissional e artístico, com as da educação inclusiva, e deste modo contribuir para apoiar o trabalho de planeamento, implementação e avaliação desenvolvido pelo corpo docente em colaboração com as Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva.

Assume-se assim como pressuposto que existem **especificidades no ensino profissional e artístico**, nomeadamente, os objetivos a que pretende dar respostas, a estrutura curricular dos cursos, as competências que se pretendem desenvolver e, também, os espaços e contextos de aprendizagem em que se desenvolve que implicam o recurso a práticas pedagógicas e didáticas específicas, que importa ter em consideração nas fases do planeamento, implementação e avaliação.

A estação está organizada em 4 pontos que, embora tenham uma sequência e interligação, poderão ser consultados em momentos diferentes, em função da necessidade do docente. Considera-se, contudo, desejável que se faça uma primeira leitura e análise de toda a estação antes de se passar a sua utilização à medida das necessidades.

Figura 1 – Estrutura da Estação "Desenvolvimento da vida escolar"

O ponto inicial corresponde à apresentação da Estação e ao seu enquadramento no âmbito do projeto.

NO PONTO 2...

Apresentam-se **princípios fundamentais aplicáveis ao planeamento pedagógico nas modalidades de dupla certificação, integrando os princípios da educação inclusiva.**

O PONTO 3...

É dedicado ao planeamento das situações de aprendizagem, tendo em consideração os princípios didáticos específicos para as modalidades de dupla certificação, nomeadamente, a tipologia de competências a desenvolver. Neste mesmo ponto apresentam-se orientações para o planeamento com recurso a taxonomias para os diferentes domínios de aprendizagem, considerando a sua aplicação à Educação Inclusiva.

Ainda neste ponto desta estação apresentam-se propostas de **situações de aprendizagem** com sugestões de adaptações curriculares pouco significativas (medidas seletivas) e muito significativas (medidas adicionais) a utilizar nos contextos formativos dos alunos, abrangendo as qualificações do ensino profissional e do ensino artístico especializado.

As **situações de aprendizagem** sugeridas são apresentadas sob a forma de fichas, permitindo a sua consulta e mobilização em função das necessidades dos docentes de cada área de educação e formação e modalidade formativa. Cada ficha contém os seguintes elementos:

- **Tipo de adaptação proposta**
- **Contextos de aplicação**
- **Etapas para a concretização**
- **Recursos necessários**
- **Outras sugestões**

PONTO 4...

É dedicado à apresentação de Boas Práticas que conciliam os princípios do Ensino Profissional e da Educação Inclusiva, selecionadas em escolas secundárias e profissionais. Este ponto será publicado autonomamente, sob a forma de fichas em formato digital.

Cada prática/cada ficha terá a seguinte estrutura:

- Título da atividade
- Objetivos da atividade (+problema/questão a que pretende dar resposta)
- Identificação da Escola
- Identificação dos parceiros
- Modalidade [curso profissional ou curso artístico especializado]
- Tipologia de medida[seletiva ou adicional]
- Destinatários [breve caracterização dos alunos]
- Descrição sucinta da atividade
- Metodologia de desenvolvimento
  - Etapas
  - Recursos humanos envolvidos (atores escolares e não escolares); físicos (Espaços de aprendizagem, materiais de apoio, equipamentos], outros
  - Calendarização [se aplicável]
- Resultados obtidos (o que melhorou?)
- Evidências
- Registos fotográficos, vídeo, multimédia, link, …
- Relatórios
- Publicação/divulgação nos meios de comunicação social, Redes sociais, etc.
- Instrumentos de suporte
- Instrumentos de planeamento
- Instrumentos de monitorização e avaliação
- Contactos da equipa/coordenador/direção da escola

PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E DIDÁTICOS GERAIS DO ENSINO PROFISSIONAL COM INTEGRAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Como referido, as modalidades de dupla certificação MDC), pelas suas características específicas de integrarem na mesma qualificação componentes de carácter geral e profissional ou artística, requerem **abordagens pedagógicas distintas** das modalidades do ensino secundário geral, mais adequadas aos objetivos a alcançar, resultados esperados e aos espaços e contextos de aprendizagens. De igual modo, importa ter em consideração nas opções da programação didática, a **tipologia de competências** a desenvolver e as **características dos contextos de exercício** possíveis para melhor definir as estratégias e as **situações de aprendizagem** que sirvam o duplo objetivo de responder às especificidades do ensino profissional, integrando os princípios da Educação Inclusiva.

Eis os **princípios norteadores** aplicáveis ao ensino profissional contemplando as questões da Educação Inclusiva:

PRINCÍPIO 1
Interdisciplinaridade

“

Interdisciplinaridade é uma abordagem pedagógica que procurar integrar duas ou mais áreas de conhecimento para proporcionar uma aprendizagem mais completa e significativa. Essa abordagem promove a interação entre alunos e professores de diferentes áreas, incentivando a colaboração, a reflexão crítica e a construção coletiva do conhecimento. A ideia é que a interdisciplinaridade ajude a superar a fragmentação do conhecimento em áreas estanques e a estimular uma visão mais ampla e integrada das situações de aprendizagem.
Existem diferentes autores a definir o conceito de interdisciplinaridade e aplicá-lo na prática formativa. Para aprofundar este tema poderão consultar algumas referências bibliográficas dadas.

”

PRINCÍPIO 2
Mobilização de saberes em contexto

A mobilização dos diferentes saberes enquadrados em contextos diversos é um dos princípios fundamentais da pedagógica e didática do ensino profissional que pretende, sempre que possível, permitir aos alunos reunir e aplicar conhecimentos, aptidões e atitudes necessárias para resolver uma determinada tarefa ou situação específica, de forma contextualizada, concreta. Ou seja, contraria o princípio frequentemente utilizado nos modelos de ensino tradicional em que as aprendizagens ocorrem de forma abstrata, sem determinantes do contexto, o que dificulta a compreensão dos conceitos, a sua aplicação e, por último a sua transferência para os contextos reais da vida pessoal ou profissional.

O próprio conceito de Competência definido no Sistema Nacional de Qualificações refere que a competência é a "Capacidade reconhecida para mobilizar os conhecimentos, as aptidões e as atitudes em contextos de trabalho, de desenvolvimento profissional, de educação e de desenvolvimento pessoal" (Dec Lei 396/2007 de 31 de dezembro). Ou seja, é destacada a importância dos contextos por ser de acordo com estes que se define a própria capacidade de ser competente. Podemos ser capazes de mobilizar os nossos recursos (conhecimentos, aptidões e atitudes) para realizar uma tarefa ou resolver um problema num dado contexto, se este for estável, pouco complexo e previsível, mas já não sermos se as características do contexto de exercício foram diferentes, se forem instáveis, complexas e imprevisíveis.

Neste sentido, é fundamental que os jovens sejam expostos a diferentes contextos de aprendizagem, desde mais estáveis e previsíveis a mais instáveis e imprevisíveis, próximos da vida real.

Ao mobilizar saberes em um contexto específico, procura-se aplicar os conhecimentos relevantes de forma efetiva e adaptada às necessidades e características desse contexto. Isso implica reconhecer a interconexão entre diferentes áreas de conhecimento e a importância de uma abordagem integrada e multidisciplinar para compreender e resolver problemas.

PRINCÍPIO 3
Alternância de situações de aprendizagem

O recurso à diversificação das situações, ambientes e experiências constitui-se como um dos princípios fundamentais da Educação Inclusiva. Em vez de se limitar ao espaço da sala de aula ou a situações tradicionais, baseadas em exposição ou demonstração, ao criar condições para que os alunos sejam expostos a uma variedade de situações, espaços e ambientes de aprendizagem diversos, ricos e próximos do real, promovem-se aprendizagens mais motivantes e significativas.

• A alternância de situações de aprendizagem oferece uma série de benefícios aos alunos, das quais se destacam:

Integração permanente da teoria e prática: Os alunos têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos numa situação prática, próxima do real;

• Maior facilidade no desenvolvimento de competências técnicas e pessoais porque permite aos alunos vivenciar e experienciar situações de aprendizagem, de forma individual e colaborativa, em contextos diversificados;

• Melhor adaptação ao mundo profissional: A alternância entre o ambiente de sala de aula e o ambiente de trabalho prepara os alunos para a transição para o mundo do trabalho. Eles ganham experiência em vários contextos, compreendendo as dinâmicas e as expectativas do ambiente profissional, bem como a cultura e os desafios associados a ele.

• Aprendizagem contextualizada: Ao vivenciar diferentes situações de aprendizagem, os alunos têm a oportunidade de aplicar seus conhecimentos e aptidões em diferentes contextos. Isso ajuda a fortalecer sua capacidade de adaptação e transferência de conhecimento, permitindo que eles enfrentem desafios diversos e apliquem soluções eficazes em diferentes situações.

PRINCÍPIO 4
Compromisso do aluno e autorregulação

“

• As adaptações necessárias a introduzir, seja ao nível do currículo seja dos recursos a mobilizar ou das estratégias de ensino e aprendizagem a utilizar, deverão sempre ser planeadas e desenvolvidas de acordo com as capacidades, as necessidades e interesses do aluno, com a sua colaboração e envolvimento.
• A existência de contratos de aprendizagem com a definição dos objetivos a alcançar, temporalizados, de tempos de realização de médio e curto prazo, expressos de forma clara e explícita, com menção aos resultados esperados e às evidências associadas são fundamentais para o envolvimento e compromisso dos alunos.
• A formalização destes contratos de aprendizagem com o aluno, que podem assumir formatos diversos, desde o escrito ao digital (por exemplo, com recurso a App para utilização no telemóvel), facilita a autoavaliação e automonitorização dos progressos feitos pelo aluno, de forma contínua e consciente.

”

PRINCÍPIO 5
Adaptações por medida e à medida

“

• As adaptações a introduzir deverão ser pensadas e planeadas em função das tipo de medida (Universal, Seletiva, Adicional) e, naturalmente, das necessidades individuais de cada aluno. Contudo, é desejável que cada Escola mantenha um padrão de adaptações, coerente e estável, a realizar em cada uma das medidas. Eis algumas sugestões:
- º Medidas seletivas (Adaptações curriculares não significativas):
  - • Adaptação do currículo, em termos de competências a desenvolver e conteúdos a serem ministrados;
  - • Adequação das estratégias pedagógicas mantendo, tanto quanto possível as situações de aprendizagem definidas para o grupo-turma;
- º Medidas adicionais(Adaptações curriculares significativas):
  - • Adaptação do currículo a ser ministrado com a utilização de materiais didáticos especiais, ajudas técnicas, se necessário, com o apoio de especialistas;
  - • Adaptação das competências a desenvolver, do conteúdo a ser ministrado e das situações de aprendizagem criadas;
  - • A adaptação das competências a desenvolver, do conteúdo a ser ministrado, com a utilização de uma abordagem metodológica específica, utilizando recursos didáticos adaptados, com o apoio de um professor do ensino especial;
  - trabalhar com o aluno num programa de reabilitação e em programas de aulas/assistência adicionais que facilitem o desenvolvimento das suas competências.

• Os princípios de individualização da aprendizagem podem significar que o currículo pode ser expandido, modificado, minimizado, adaptado aos conhecimentos e competências prévias do aluno, tendo como base o desenvolvimento do Programa Educativo Individual (PEI).

”

DIMENSÃO/EXTENSÃO DAS TAREFAS	EFEITO PRETENDIDO	PARTICIPAÇÃO
Adaptar o número de tarefas ou a extensão das tarefas dadas	Adaptar as instruções a dar ao aluno em função dos efeitos esperados e dos resultados obtidos.	Adaptar o nível de participação esperado do aluno nas situações de aprendizagem e nas tarefas propostas
COMPLEXIDADE/ DIFICULDADE	**APOIO**	**AJUSTAMENTO AOS OBJETIVOS**
Adaptar o grau de dificuldade da tarefa a realizar, do problema a resolver, das competências (conhecimentos, aptidões e atitudes a mobilizar)	Aumentar o nível de apoio a fornecer ao aluno, eventualmente acrescentando apoio de especialistas	Adaptar os objetivos a alcançar e as competências a desenvolver ao nível de capacidades e necessidades do aluno
INSTRUÇÕES	**TEMPO**	**ELEMENTOS ADICIONAIS**
Adaptar a forma de dar instruções e orientações aos alunos recorrendo às suas formas de comunicação preferenciais	Adaptar o tempo dado para a realização das tarefas de aprendizagem	Adicionar outros recursos sempre que necessário, nomeadamente, recursos técnico-pedagógicos diferenciados, em diferentes suportes, recurso a especialista para mediar/apoiar as aprendizagens

Quadro 1 – Dimensões a considerar nas adaptações curriculares

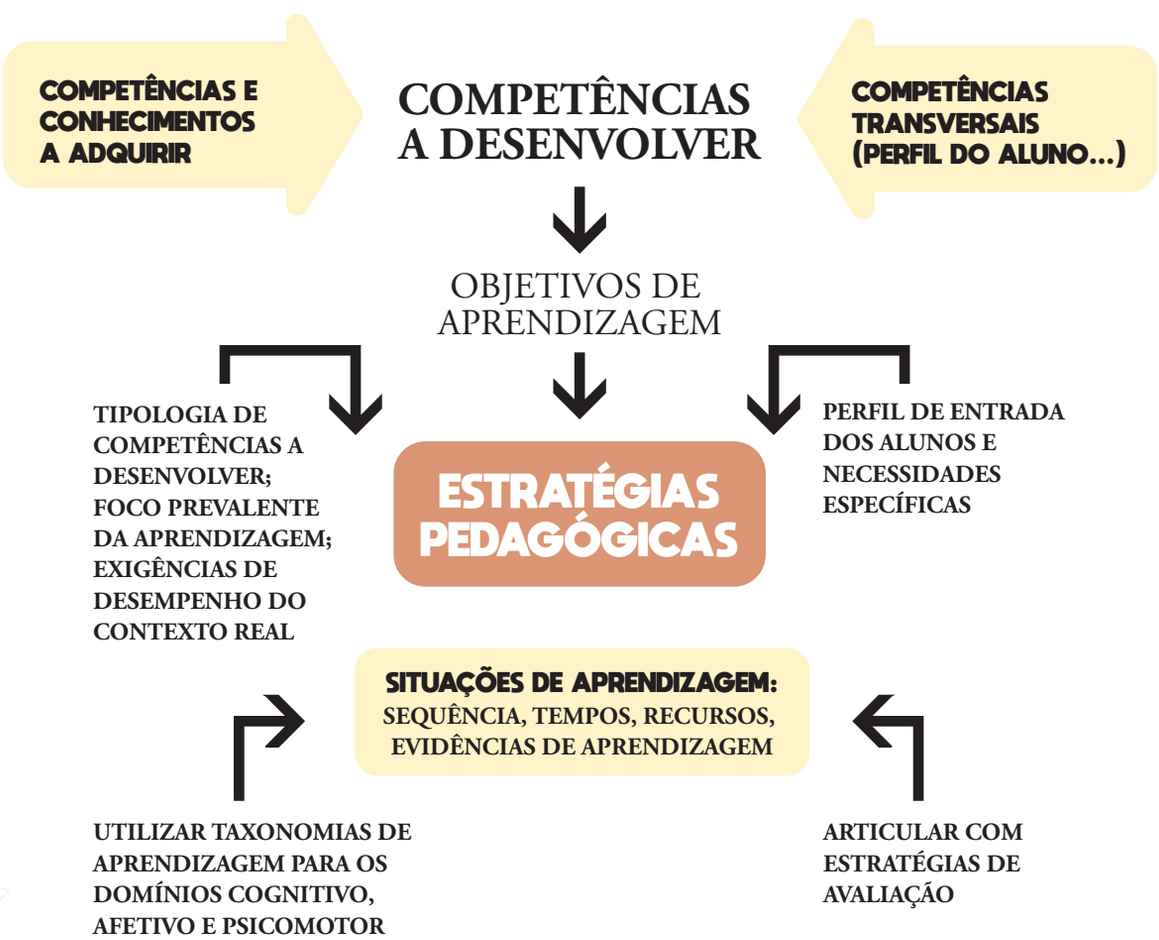
РЕСАНТА

PRÁTICAS DE SALA
PLANEAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO

Enquadramento

Para além das adaptações do currículo que passam por redimensionar os objetivos e os resultados esperados, simplificação de conteúdos, reforço da orientação por parte do formador e utilização de novos ou recursos adaptados, importa repensar a forma como se realiza o planeamento pedagógico e didático, de forma a garantir a adequação às competências a desenvolver, aos objetivos de aprendizagem, integrando os princípios específicos da didática do ensino profissional e artístico e os da Educação Inclusiva. Neste sentido, apresentam-se algumas sugestões e ideias que podem ser seguidas e/ou adaptadas por cada equipa pedagógica às necessidades e características dos seus cursos e alunos.

Na figura nº 2 apresentam-se as etapas a considerar no **planeamento das estratégias pedagógicas a implementar**, de acordo com as especificidades do ensino profissional e a educação inclusiva.



As questões específicas do ensino profissional – Focos da aprendizagem

Os estudos de investigação sobre pedagogia e didática do ensino profissional apontam-nos para a necessidade de categorizar os currículos em função dos focos prevalentes das aprendizagem. Ou seja, importa definir se estamos perante aprendizagens orientadas para tarefas essencialmente orientadas para as Pessoas, para o relacionamento interpessoal (categoria 1), mais orientadas para a realização de tarefas de carácter prático que implicam forte componente de destreza manual (categoria 2) ou tarefas que envolvem o requerem uma elevada capacidade de abstração e o recurso a símbolos, como números, gráficos, etc. (categoria 3).

Figura – Focos prevalentes das aprendizagem nas MDC

Fonte: Rocha, L. (2023). Didática específica o ensino profissional – contributos (no prelo)

Esta categorização coloca alguns desafios na seleção e implementação das estratégias pedagógicas que devem ser adequadas ao tipo de competência a desenvolver e responder ao tipo de tarefas que o futuro profissional deverá ser capaz de realizar.
Eis alguns **exemplos de cursos de acordo com a categorização proposta**.

Figura – Exemplos de cursos de acordo com os focos prevalentes das aprendizagem nas MDC

Fonte: Rocha, L. (2023). Didática específica o ensino profissional – contributos (no prelo)

O planeamento de situações de aprendizagem

Neste ponto da Estação apresentam-se algumas orientações para o planeamento das situações de aprendizagem, de acordo com os diferentes focos de através referidos, ou seja, i) foco nas Pessoas e na nas Relações Interpessoais, ii) foco no domínio prático e na destreza manual, iii) foco no trabalho com símbolos, números, letras, e outro tipo de formas de abstração.
Em termos de etapas do planeamente, ele poderá seguir os passos referidos na figura xx.

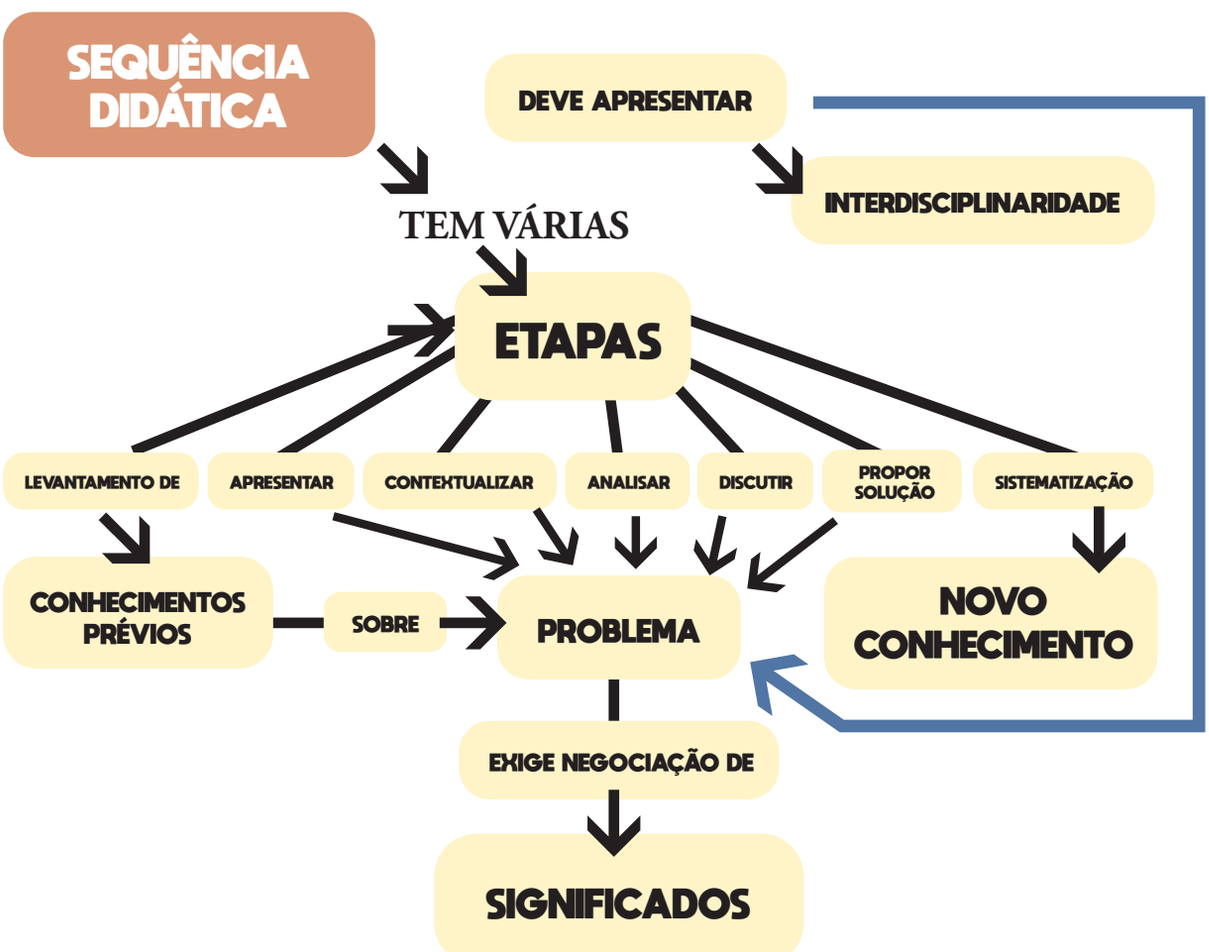


Figura xx - Exemplos de cursos de acordo com os focos prevalentes das aprendizagem nas MDC

Fonte: Amorós, A. (2018)

Assim, o planeamento de situações de aprendizagem para as MDC deverá ter em consideração os princípios referidos no ponto 1 (Interdisciplinaridade, …) e também importa previamente identificar o foco prevalente das aprendizagens, isto é, importa definir se estamos perante aprendizagens orientadas para tarefas essencialmente orientadas para as Pessoas, para o relacionamento interpessoal (categoria 1), mais orientadas para a realização de tarefas de carácter prático que implicam forte componente de destreza manual (categoria 2) ou tarefas que envolvem o requerem uma elevada capacidade de abstração e o recurso a símbolos, como números, gráficos, etc. (categoria 3).

Figura – Focos de aprendizagem

Fonte: Rocha, L. (2023). Didática específica o ensino profissional – contributos (no prelo)

Após a identificação dos focos prevalentes das aprendizagens a realizar, sugere-se o recurso às taxonomias para os domínios cognitivo, psicomotor e afetivo, como ferramenta de apoio ao planeamento didático. Eis algumas das razões para a utilização destas taxonomias:

ESTRUTURAÇÃO DO CURRÍCULO

As taxonomias fornecem uma estrutura hierárquica que organiza os objetivos de aprendizagem segundo níveis de progressividade e complexidade, garantindo uma progressão lógica e sequencial da aprendizagem seja de domínios cognitivos, psicomotores e/ou afetivos;

DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

As taxonomias auxiliam na definição de objetivos de aprendizagem claros e específicos para cada domínio. Os níveis hierárquicos fornecem um guia para o estabelecimento de metas realistas e mensuráveis, permitindo a definição clara do que se espera que os alunos devem adquirir em cada etapa do processo de aprendizagem.

PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES E ESTRATÉGIAS DE ENSINO

Com base nos níveis da taxonomia, os educadores podem selecionar e planejar atividades e estratégias de ensino adequadas para abordar diferentes capacidades e níveis de complexidade. Isso ajuda a diversificar as abordagens pedagógicas, tornando as aulas mais envolventes e acessíveis para os alunos.

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

As taxonomias também constituem um referencial para a avaliação da aprendizagem. Os diferentes níveis da taxonomia refletem diferentes graus de complexidade e profundidade de compreensão e/ou desempenho. Deste modo, os professores/formadores podem projetar avaliações alinhadas com os níveis da taxonomia para medir o progresso dos alunos e identificar áreas que necessitam de mais apoio ou mais desafios.

INCLUSÃO E DIFERENCIAÇÃO

As taxonomias podem ser adaptadas e aplicadas de forma inclusiva, levando em consideração as necessidades e as capacidades dos alunos.

Vejamos então de que forma se podem utilizar as **três taxonomias para os domínios cognitivo, psicomotor e afetivo.**

O DOMÍNIO COGNITIVO

A taxonomia mais utilizada para as aprendizagens do domínio cognitivo é a Taxonomia Revisada de Bloom. A Taxonomia Revisada de Bloom foi desenvolvida por um grupo de especialistas liderado por Benjamin S. Bloom e revisada posteriormente por Anderson e Krathwohl em 2002.

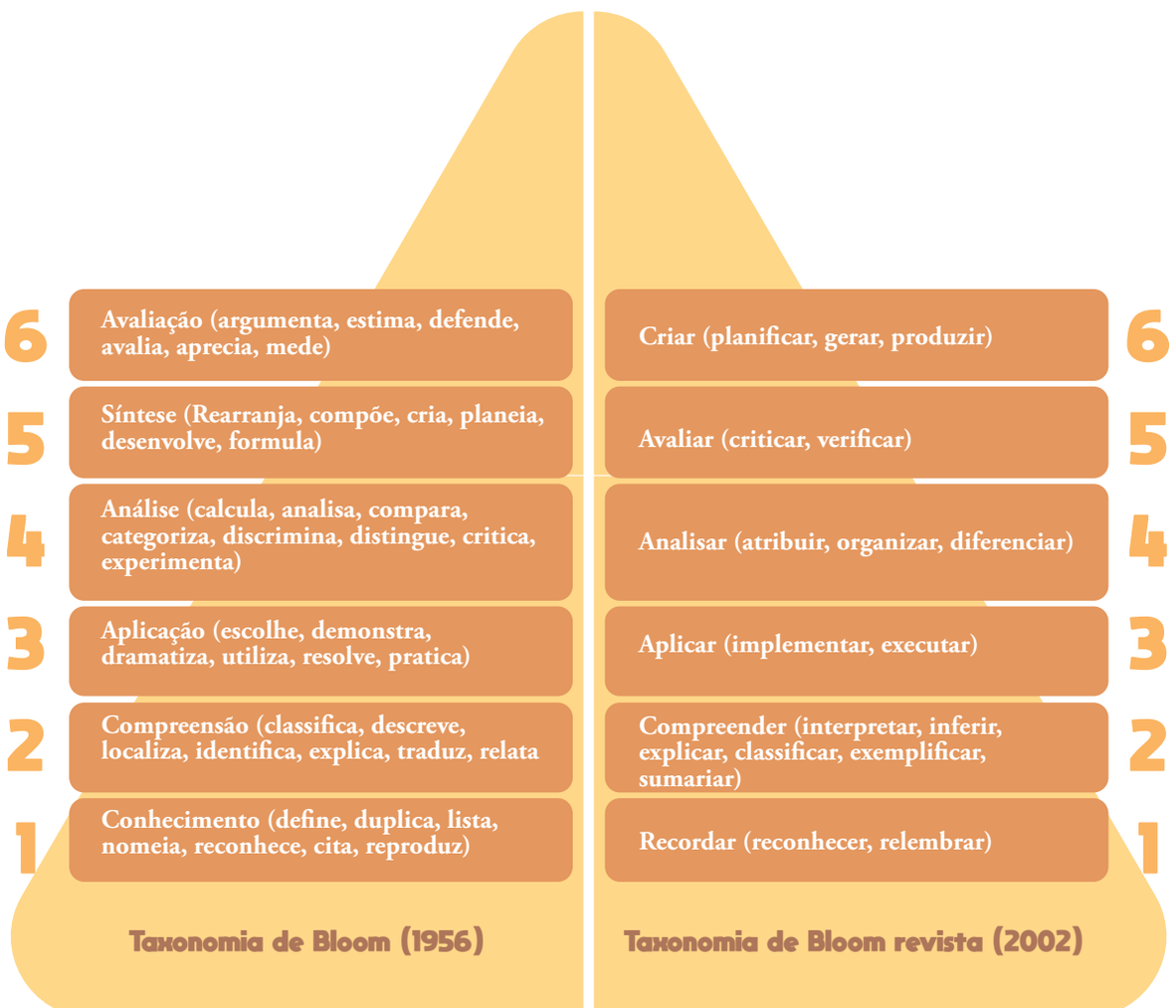


Figura – Comparação entre as taxonomias de Bloom e a revista

Fonte: adaptado de Anderson & Krathwohl, 2002

A Taxonomia Revisada de Bloom organiza as capacidades cognitivas em seis níveis hierárquicos, que vão desde as mais simples às mais complexas.Esses níveis são:

- **Recordar:** Envolve a recuperação de informações e conhecimentos previamente aprendidos.
- **Compreender:** Envolve a compreensão de informações, conceitos e ideias.
- **Aplicar:** Envolve a aplicação do conhecimento em novas situações ou contextos.
- **Analisar:** Envolve a divisão de informações em partes, identificação de padrões e relações, e o exame crítico de ideias e argumentos.
- **Avaliar:** Envolve o julgamento e a avaliação do valor ou qualidade de ideias, informações ou produtos.
- **Criar:** Envolve a síntese de informações e ideias para gerar novos conhecimentos, soluções ou produtos.

Essa taxonomia pode ser aplicada facilmente aos princípios da Educação Inclusiva, dado que permite uma estrutura flexível para a definição de objetivos de aprendizagem e o planeamento de situações e atividades de aprendizagem que se adequam às necessidades e capacidades dos alunos. Ainda assim, podemos ser sugeridas algumas orientações para essa adaptação:

- **Conheça seus alunos:** Compreenda as capacidades, as necessidades, os gostos e os estilos de aprendizagem individuais. Esse é o ponto de partida fundamental para toda e qualquer adaptação;
- **Defina metas claras e realistas:** Estabeleça metas de aprendizagem adequadas para cada aluno, tendo em consideração o seu ponto de partida e o seu potencial de desenvolvimento. As metas devem ser específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e baseadas no tempo;
- **Promova a participação ativa:** Incentive a participação ativa de todos os alunos, fornecendo oportunidades para que expressem as suas ideias, façam perguntas e interajam com o grupo. Isso pode ser feito por meio de discussões em grupo, projetos colaborativos e outros tipo de estratégias ativas;
- **Forneça suporte individualizado:** Ofereça suporte individualizado aos alunos que necessitam de assistência adicional. Isso pode envolver a disponibilização de materiais de apoio, instruções claras e direcionadas, feedback específico e tempo adicional para a conclusão de tarefas, adequado a cada caso;
- **Inclua avaliações diferenciadas:** Utilize diferentes formas de avaliação que sejam adequadas para os alunos com diferentes habilidades e estilos de aprendizagem. Isso pode incluir avaliações orais, projetos práticos, portfólios e outras formas de demonstração de conhecimento e em diferentes formatos (escrito, áudio, vídeo, etc.)

O DOMÍNIO PSICOMOTOR

A taxonomia mais conhecida para o domínio psicomotor é a Taxonomia de Simpson, desenvolvida por R.H. Dave em 1970 e posteriormente revisada por Simpson em 1972.
A **Taxonomia de Simpson** organiza as capacidades psicomotoras em **sete níveis progressivos**, que são os seguintes:

Imitação

A habilidade de observar e reproduzir um movimento ou ação realizada por outra pessoa.

Manipulação

A capacidade de utilizar objetos ou ferramentas de forma precisa e habilidosa.

Precisão

A habilidade de executar movimentos com precisão e controle, sem a necessidade de imitar diretamente outra pessoa.

Articulação

A habilidade de combinar diferentes movimentos para executar uma ação mais complexa e coordenada.

Naturalização

A capacidade de realizar movimentos com facilidade e fluidez, sem precisar pensar conscientemente em cada etapa.

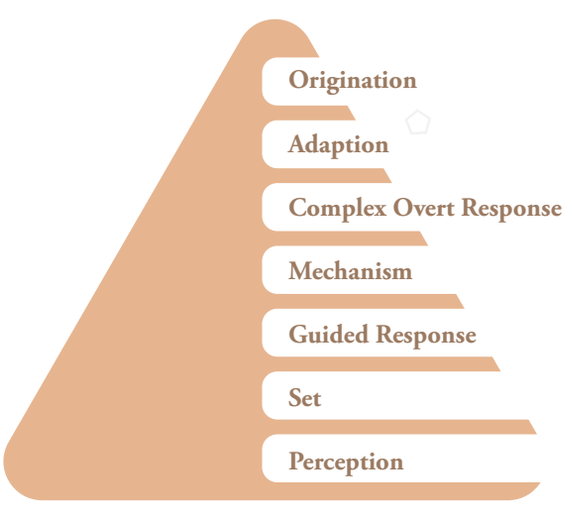
Síntese

A habilidade de combinar diferentes capacidades psicomotoras para realizar uma ação complexa e adaptar-se a situações novas ou imprevistas.

Originalidade

A capacidade de criar novos movimentos ou ações, demonstrando criatividade e originalidade no uso das capacidades psicomotoras.

Fonte: Schmidt e Lee, 2019



Ao adequar a Taxonomia de Simpson aos princípios da Educação Inclusiva, é importante adaptar as atividades e as expectativas às necessidades individuais dos alunos. Eis algumas sugestões:

- **Conheça as capacidades e necessidades dos alunos:** Observe as capacidades motoras e adaptativas de cada aluno para identificar o seu ponto de partida e alcançar metas realistas;
- **Adapte as atividades:** Faça ajustes nas atividades de aprendizagem para permitir que todos os alunos participem e tenham sucesso. Utilize equipamentos adaptados, estratégias de apoio e instruções claras, com recurso a suportes em diversos suportes (escrito, áudio, vídeo, …);
- **Proporcione suporte individualizado:** Ofereça suporte adicional e instruções específicas para os alunos que necessitam de apoio extra. Isso pode implicar a utilização de recursos visuais, modelagem de movimentos e/ou feedback direcionado.
- **Diversifique as atividades:** Proponha uma variedade de situações de aprendizagem de modo a adequar-se aos diferentes estilos de aprendizagem e interesses dos alunos.
- **Promova a progressão gradual:** Permita que os alunos avancem progressivamente nos diferentes níveis da Taxonomia de Simpson, colocando atividades desafiadoras, mas alcançáveis, de acordo com seu nível de capacidade;
- **Incentive a autonomia e a criatividade:** Encoraje os alunos a usar suas capacidades psicomotoras de forma autónoma e criativa, reforce aquilo que são capazes de realizar e o que já fazem bem (foco nas capacidades e não nas incapacidades), permitindo que expressem a sua individualidade e originalidade.
- **Colabore com outros profissionais/especialistas:** Trabalhe em parceria com terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas ou outros profissionais de saúde para identificar estratégias e adaptações específicas mais adequadas às necessidades e às capacidades dos alunos.

Em conclusão, assim como na aplicação da Taxonomia de Bloom revisada ao domínio cognitivo, a aplicação da Taxonomia de Simpson ao domínio psicomotor aos princípios da Educação Inclusiva requer uma abordagem personalizada, adaptada às necessidades e capacidades únicas de cada aluno.

O DOMÍNIO AFETIVO

A taxonomia mais conhecida nesse domínio é a **Taxonomia de Krathwohl**, Bloom e Masia, que foi publicada em 1964 e posteriormente revisada em 1973. A Taxonomia de Krathwohl, Bloom e Masia organiza as aprendizagens do domínio afetivo em cinco níveis progressivos, tal como se apresenta:

Receber

Neste nível, os alunos demonstram recetividade emocional ou atenção relativamente a determinados estímulos ou informações. Eles demonstram que estão dispostos a ouvir, observar e prestar atenção.

Responder

Os alunos mostram uma resposta ativa ou algum tipo de reação emocional a um estímulo específico. Isso pode incluir respostas físicas, como expressões faciais ou gestos, ou respostas verbais, como expressar concordância ou discordância.

Valorizar

Os alunos atribuem ou reconhecem importância pessoal ou valorizam a certos princípios, ideias ou valores. Expressam valorização ou respeito por esses princípios e demonstram ter um compromisso pessoal em relação a estes princípios, ideias ou valores;

Organizar

Neste nível, os alunos integram os valores e princípios na sua estrutura cognitiva e emocional. Eles estabelecem conexões e hierarquias entre diferentes valores e são capazes de justificar suas crenças e ações com base nesses valores.

Caracterizar

Os alunos demonstram um comportamento consistente e coerente com seus valores internalizados. Eles agem de acordo com esses valores nas diversas situações do dia a dia assumem uma identidade moral e/ou atitude que reflete estes princípios.

Fonte: Schmidt e Lee, 2019

Ao adequar a Taxonomia de Krathwohl, Bloom e Masia aos princípios da Educação Inclusiva, no planeamento das situações de aprendizagem, importa ter em consideração algumas questões prévias:

Promova a conscientização emocional dos alunos: Incentive os alunos a reconhecer e identificar suas próprias emoções e as emoções dos outros. Isso pode envolver atividades de autoconhecimento, expressão emocional e empatia;
Crie um ambiente seguro e acolhedor nas suas aulas: Estabeleça um ambiente de sala de aula inclusivo, onde os alunos se sintam seguros para expressar suas opiniões, sentimentos e valores. Promova o respeito mútuo e a valorização da diversidade.
Explore valores e princípios: Proporcione oportunidades para os alunos explorarem diferentes valores e princípios, discutindo e refletindo sobre questões éticas e morais relevantes. Isso pode envolver debates, atividades de discussão em grupo e/ou estudos de caso;
Promova a reflexão crítica: Estimule os alunos a refletirem criticamente sobre seus próprios valores, crenças e ações. Incentive-os a considerar diferentes perspetivas e a avaliar as consequências de suas escolhas;
Incentive a participação ativa: Promova a participação ativa dos alunos em atividades que permitam a expressão de valores e o envolvimento emocional. Isso pode incluir atividades solidárias, participação em projetos de voluntariado, sobre questões sociais e atividades de cidadania;
Seja e forneça modelos de comportamento ético: Apresente modelos de comportamento ético e moral, tanto através de exemplos reais quanto de personagens fictícios em histórias ou textos. Discuta e analise esses exemplos, destacando as características e ações que refletem esses valores positivos. Considere que o seu comportamento é sempre visto como um modelo para os alunos por isso, aja como tal.
Fomente a autenticidade e a autodeterminação: Valorize a autenticidade dos alunos, permitindo que expressem os seus valores e opiniões de maneira genuína. Encoraje a autodeterminação e o desenvolvimento da identidade de cada aluno.

Em síntese, é importante ter em consideração que a aplicação da Taxonomia de Krathwohl, Bloom e Masia deve ter em consideração a individualidade dos alunos, as suas experiências e suas próprias conceções de valores e princípios.

Terminamos este ponto com a apresentação de **fichas de planeamento de situações de aprendizagem contemplando os princípios da Educação Inclusiva.**

Schweppes

FICHA DE ATIVIDADE DIDÁTICA COM IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

CURSO : [designação do curso]		
UNIDADE DE FORMAÇÃO DE CURTA DURAÇÃO (UFCD): [designação e duração em horas]		
CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO A QUE SE PRETENDE DAR RESPOSTA: [...]	**NÍVEL DA INTERVENÇÃO**	
[mencionar a situação de partida, questão, necessidade, especificidades)	[universal, seletiva e adicional]	
ATIVIDADE DIDÁTICA	**ESPAÇO E RECURSOS DE APRENDIZAGEM**	
[breve contextualização da atividade, se é a inicial da UFCD ou corresponde a uma fase de desenvolvimento ou é a final, de encerramento da UFCD; se se encontra integrada em projeto]	[explicitar o espaço de aprendizagem onde a atividade se realiza, por exemplo, sala de aula convencional; sala de prática; oficina; laboratório; indicar os recursos ou equipamentos específicos da atividade, por exemplo, quadro interativo, bancada de cozinha, espelho de sala de dança, etc.]	
TIPOLOGIA DE ATIVIDADE	**ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS**	**FORMA DE ORGANIZAÇÃO**
[inicial- atividades de introdução, motivação, conhecimentos prévios; Desenvolvimento- atividades de análise, experimentação, demonstração, resolução de casos, consolidação Finais – atividades de síntese, de ampliação, recuperações e avaliações]	[exposição; demonstração; sessões de perguntas-respostas; simulações; role-play/dramatização, pesquisa orientada; trabalho colaborativo; debate; outra]	[individual ou grupo; se de grupo, explicitar os critérios de constituição dos grupos: número, percentagem de alunos com medidas universais e alunos com medidas adicionais ou outros]
OBJETIVOS DA ATIVIDADE (APRENDER, O QUÊ?)	**ADAPTAÇÕES**	
[objetivos devem estar alinhados com objetivos/resultados esperados da UFCD, com as competências a desenvolver no perfil profissional/referencial de competências e as transversais, no âmbito do Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória]	[descrever as adaptações realizadas na definição de objetivos: complexidade, número, extensão]	
RECURSOS (COM QUÊ?)	**ADAPTAÇÕES**	
[elencar recursos técnico-pedagógicos específicos da atividade]	[especificar as alterações introduzidas nos recursos, nomeadamente, diferentes suportes, adaptação nas funcionalidades, no número a mobilizar, recurso a especialistas para mediar ou apoiar as aprendizagens]	
SEQUÊNCIA/ETAPAS DA ATIVIDADE	**ADAPTAÇÕES**	
[considerar a sequência mais adequada em função da predominância do domínio do saber- conhecimentos, aptidões ou atitudes (consultar taxonomias para os domínios cognitivo, psicomotor e afetivo), os conhecimentos prévios. Abaixo encontra-se preenchida para o domínio psicomotor) ….	[especificar as adaptações necessárias em cada uma das etapas, nomeadamente, as relacionadas com dimensão/extensão das tarefas, efeito pretendido/resultado esperado, nível de participação, instruções/feedback, nível de apoio, tempo dado]	
APRESENTAÇÃO DA ATIVIDADE A REALIZAR		
OBSERVAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FEITA PELO FORMADOR		
REPRODUÇÃO / REPETIÇÃO COM INSTRUÇÕES		
REPRODUÇÃO / REPETIÇÃO DE FORMA AUTÓNOMA		
DEMONSTRAÇÃO E INTERPRETAÇÃO COM CARACTER EXPRESSIVO		
LIGAÇÃO COM A ATIVIDADE/SESSÃO SEGUINTE		
AVALIAÇÃO	**ADAPTAÇÕES**	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO		

Quadro-resumo com alguns critérios para as adaptações a realizar:

DIMENSÃO/EXTENSÃO DAS TAREFAS	EFEITO PRETENDIDO	PARTICIPAÇÃO
Adaptar o número de tarefas ou a extensão das tarefas dadas	Adaptar as instruções a dar ao aluno em função dos efeitos esperados e dos resultados obtidos.	Adaptar o nível de participação esperado do aluno nas situações de aprendizagem e nas tarefas propostas
COMPLEXIDADE/ DIFICULDADE	**APOIO**	**AJUSTAMENTO AOS OBJETIVOS**
Adaptar o grau de dificuldade da tarefa a realizar, do problema a resolver, das competências (conhecimentos, aptidões e atitudes a mobilizar)	Aumentar o nível de apoio a fornecer ao aluno, eventualmente acrescentando apoio de especialistas	Adaptar os objetivos a alcançar e as competências a desenvolver ao nível de capacidades e necessidades do aluno
INSTRUÇÕES	**TEMPO**	**ELEMENTOS ADICIONAIS**
Adaptar a forma de dar instruções e orientações aos alunos recorrendo às suas formas de comunicação preferenciais	Adaptar o tempo dado para a realização das tarefas de aprendizagem	Adicionar outros recursos sempre que necessário, nomeadamente, recursos técnico-pedagógicos diferenciados, em diferentes suportes, recurso a especialista para mediar/apoiar as aprendizagens

BIBLIOGRAFIA

• Anderson, L. W., Krathwohl, D. R., et al (2001). A taxonomy for learning, teaching, and assessing: A revision of Bloom's taxonomy of educational objectives. Longman.

• Andini, D. (2020). "The Curriculum Adaptation Model in Fulfilling theLearning Need for Diverse Students at Inclusive Classroom. Universal Journal of Educational Research 8(3D): 115-123, 2020. Disponível aqui

• Bandura, A. (1986). Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

• Bandura, A. (1997). Self-Efficacy: The Exercise of Control. New York, NY: W. H. Freeman and Company

• C.A. Thoma et al (2009). Universal Design for Transition: A Roadmap for Planning and Instruction. Paul H. Brookes Publishing, Baltimore

• CEDEFOP (2017). Guiding principles on professional development of trainers in vocational education and training. Salonica: CEDEFOP

• Clark, R. et al (2010). The Potential of Experiential Learning Models and Practices in Career and Technical Education and Career and Technical Teacher Education. Journal of Career and Technical Education, v25 n2 p46-62 Win 2010. Disponível aqui

• Heacox, Diane; Cash, Richard M. (2019). Differentiation for Gifted Learners: Going Beyond the Basics. Minneapolis. Free Spirit Publishing. Disponível aqui

• Lorente, R. (2012). La formación profesional según el enfoque de las competências. Barcelona: Octaedro

• Lucas, Bill et al (2012) How to Teach Vocational Education: A theory of vocational pedagogy. Winchester: Center for real-world learning

• M. Donovan, J. Bransford & J.Pellegrino (1999). How People Learn: Bridging Research and Practice. Washington, DC, Committee on Learning Research and Educational Practice, National Research Council

• Marhuenda, F. & Chisvert-Tarazona, M.J. (Eds.) (2019). Pedagogical concerns and market demands in VET. Proceedings of the 3rd Crossing Boundaries in VET conference, Vocational Education and Training Network (VETNET). https://doi.org/10.5281/zenodo.2644069

• Markowitsch, Jörg, Hefler, Günter. Future Developments in Vocational Education and Training in Europe: Report on reskilling and upskilling through formal and vocational education training, Seville: European Commission, 2019, JRC 117691

• Meyer, A., Rose, D.H., & Gordon, D. (2014). Universal design for learning: Theory and Practice. Wakefield, MA: CAST Professional Publishing. Disponível aqui

• Nina Mård & Charlotta Hilli (2020): Towards a didactic model for multidisciplinary teaching. Journal of Curriculum Studies. Disponível aqui

• Panadero, E. (2017). A Review of Self-regulated Learning: Six Models and Four Directions for Research. Front. Psychol., 28 April 2017. Sec. Educational Psychology. https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00422

• Richard A. Schmidt e Tim Lee (2019). Motor Learning And Performance From Principles To Application. Hanover, Human Kinetics Publishers

• Rocha, L. (2023). Didática para o ensino profissional – contributos de experiências portuguesas (no prelo)

• Rojewski, Jay (2002). "Preparing the Workforce of Tomorrow: A Conceptual Framework for Career and Technical Education". Journal of Vocational Education Research, Number 1 / 2002, pp. 7-35(29). Association for Career and Technical Education Research. Disponível aqui

• Universidade Mexico (2020). Certificado Oficial en Formación Pedagógica y Didáctica para Técnicos de Formación Profesional (COFPYD)

• Wollinger, Paulo(org) (2019).Didática profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Instituto Federal de Educação de S. Catarina

Sítios na internet:

• CAST - Center for Applied Special Technology: https://www.cast.org/about/about-cast

• Centro de recursos da CAST: https://clusive.cast.org/library/resources

• Instituto Nacional para a Educação Especial (INEE)
• O site disponibiliza guias, manuais e outros materiais relacionados à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino profissional. http://www.inee.pt

• Centro de Recursos para a Inclusão Digital (CRI)
• O site disponibiliza uma série de recursos e materiais educativos, incluindo guias e manuais relacionados ao ensino profissional inclusivo: http://www.crid.pt

• European Agency for Special Needs and Inclusive Education
• Agência Europeia para as Necessidades Especiais e Educação Inclusiva é uma organização que promove a inclusão educacional em toda a Europa. O site da agência oferece uma ampla gama de recursos e guias relacionados à educação inclusiva, incluindo materiais específicos para o ensino profissional. https://www.european-agency.org/

ETPM
ESCOLA TÉCNICA PROFISSIONAL DA MOITA

ANQEP
AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.

a. . .
. . m.
. l. .
área metropolitana de lisboa

DGEstE
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

direção-geral da educação

Lisb@20^20

PORTUGAL 2020

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional